

Da urgência de resgatar a cidadania



» GRAÇA RAMOS
Jornalista e doutora em história da arte

Desde os ataques à democracia, ocorridos em oito de janeiro de 2023, quando os palácios dos Três Poderes foram destruídos, reflito sobre a palavra cidadania. Foi pensando no tema que idealizei a coleção *Palácios da Democracia*. Será lançada semana que vem, em comemoração aos 65 anos de Brasília.

Em linguagem infantojuvenil, ricamente ilustrados, os livros procuram captar a adesão afetiva de crianças e adolescentes — talvez de pessoas adultas também — para a riqueza de nosso Patrimônio Cultural e o respeito à democracia. Em tom lúdico, os volumes sobre os palácios do Planalto, Congresso Nacional e Supremo Tribunal Federal envolvem leitoras e leitores com a ideia de cultivarmos noções básicas de pertencimento coletivo.

Muitos são os sentidos atribuídos à cidadania no mundo atual. Nas últimas semanas, minhas reflexões se intensificaram, reforçando a percepção de que a sociedade brasileira vive imensa confusão conceitual sobre significado do termo, o que termina por se refletir no exercício da democracia. Escutei o adjetivo cidadão, vinculado à palavra, ser utilizado na mídia de maneira que considero equivocada.

O vocábulo foi usado em reportagem sobre um homem, fugitivo do regime semiaberto,

recém-capturado pela polícia. Há alguns anos, ele matou, com crueldade, uma jovem, dentro da Universidade de Brasília (UnB). E estava prestes a cometer novo feminicídio, modalidade de violência que, no Brasil, atinge nós, mulheres, especialmente jovens, na proporção de uma a cada 15 horas. Na reportagem, várias vezes, foi identificado como cidadão. Jamais como condenado ou criminoso, termos corretamente aplicáveis à sua condição legal.

Estudei por muitos anos o conceito de ironia e não identifiquei nos comentários a marca do sofisticado tropo linguístico, o que poderia funcionar como uma crítica ao comportamento do delinquente.

A Constituição brasileira diz que todas as pessoas são iguais perante a lei. Somos sujeitos de direitos e deveres perante o Estado, cidadãos e cidadãs. Mas o indivíduo em questão feriu o contrato social era, naquele momento, um fora da lei. Tecnicamente, maculou o princípio da cidadania e, no entanto, foi identificado com o adjetivo atribuído àquela(a) cumpridor(a) do pacto civil. Não é que ele deixou de ser cidadão, mas, como desprezo as regras da cidadania, outras palavras identificariam melhor o seu perfil.

Nas últimas décadas, parte da imprensa brasileira fez esforço grande e louvável para evitar chamar pessoas acusadas de crimes com atributos como bandido, meliante e afins. Vocábulos depreciativos, usados sem que tivesse havido o devido processo legal. Ocorre que essa política de linguagem, correta, se estendeu de maneira desacertada a situações como a agora relatada.

Enquanto ouvia a reportagem, senti saudade de Ulisses Guimarães, o homem que

chamou a então nova e ainda atual Constituição brasileira de “cidadã” — uma das mais belas definições políticas já criadas. Após o discurso de entrega da nova Lei, vivemos muitos anos sob o manto da ideia de cidadania. Iniciávamos a construção da democracia depois de duas décadas sob o regime de ditadura civil-militar imposta em 31 de março de 1964.

Variados fenômenos políticos e a inexistência de inúmeras ações sociais necessárias ao cumprimento do estipulado na carta magna arranharam práticas de cidadania. O avanço das redes sociais com o cultivo em massa de discursos de ódio — contra adversários político, mulheres, LGBTQIA+, pessoas de outras etnias e religiões, vacinas, enfim, um variado cardápio de negações — impulsionou o desgaste. Perdemos a possibilidade de criar estratégias mínimas de entendimento social.

No elenco de negações, entra também o patrimônio histórico. Passaram a ser alvo de ataques bens construídos com o dinheiro público, significativos para a fomentação de necessária identidade cultural, representativos da democracia. Foi o caso da depredação, em janeiro de 2023, dos palácios de todos nós, erguidos com o esforço de milhares de candangos, feridos em sua lindeza e simbolismo.

A coleção *Palácios da Democracia*, resultado dos esforços de premiadas autoras e autores, não se concentra nos atos de 8/1, mas na beleza e na importância dos palácios que abrigam os Três Poderes da República. Quem sabe, por meio da alegria, as novas gerações passem a amá-los e isso colabore para a construção de algum tipo de coesão cidadã capaz de proteger o nosso Patrimônio Cultural e a nossa jovem democracia?

Como a descoberta de novos marcadores genéticos está transformando a medicina



» RICARDO DI LAZZARO
Doutor em aconselhamento genético e genômica humana. Responsável pela vertical de genômica pessoal da Dasa Genômica e cofundador da Genera

A história é um dos principais mistérios não desvendados. Sabemos que a maior diversidade genética do ser humano está na África. Mas o que aconteceu depois que nossos ancestrais deixaram o continente? Quais rotas seguiram? Essas perguntas continuam a intrigar os cientistas.

Uma das questões mais fascinantes é entender as interações entre grupos humanos e outros homínidos, como os neandertais. Nesses encontros, houve mistura de DNA, cujos vestígios ainda estão presentes em nossos genomas. Esses fragmentos oferecem pistas sobre o passado da humanidade, e só recentemente, com o avanço da genômica, começamos a desvendar esses mistérios.

Em dezembro do ano passado, a revista científica *Nature* publicou um estudo sobre o mapeamento genético de sete genomas humanos, chamados de LRJ (Lincobian-Ranisian-Jerzmanowician), a partir de ossos fossilizados encontrados na Alemanha e na República Tcheca. Os grupos a que pertenciam esses genomas viveram há cerca de 45 mil anos e já apresentavam miscigenação com os neandertais, similar à que encontramos em nossa genética. Por que esse achado é relevante?

O estudo sugere que a mistura genética com os neandertais ocorreu muito antes, mas, por algum motivo, esse grupo não deixou descendentes. Isso reflete a complexidade da diversidade genética humana, especialmente diante das variações entre as populações ao redor do mundo. Encontrar genomas diferentes, que se aventuraram pelo mundo há mais de 45 mil anos, nos proporciona a leitura de novas informações genéticas, que podem ser cruzadas com as nossas e gerar respostas e insights para diversas e questões.

Quanto mais descobertas, melhor. Como exemplo, podemos citar os projetos DNA do Brasil, apoiado pela Dasa, e o Genoma SUS, nos quais pesquisadores de diversas universidades, como a Universidade de São Paulo (USP), vêm desenvolvendo iniciativas de sequenciamento da população brasileira, permitindo a construção de uma base de dados genéticos mais representativa.

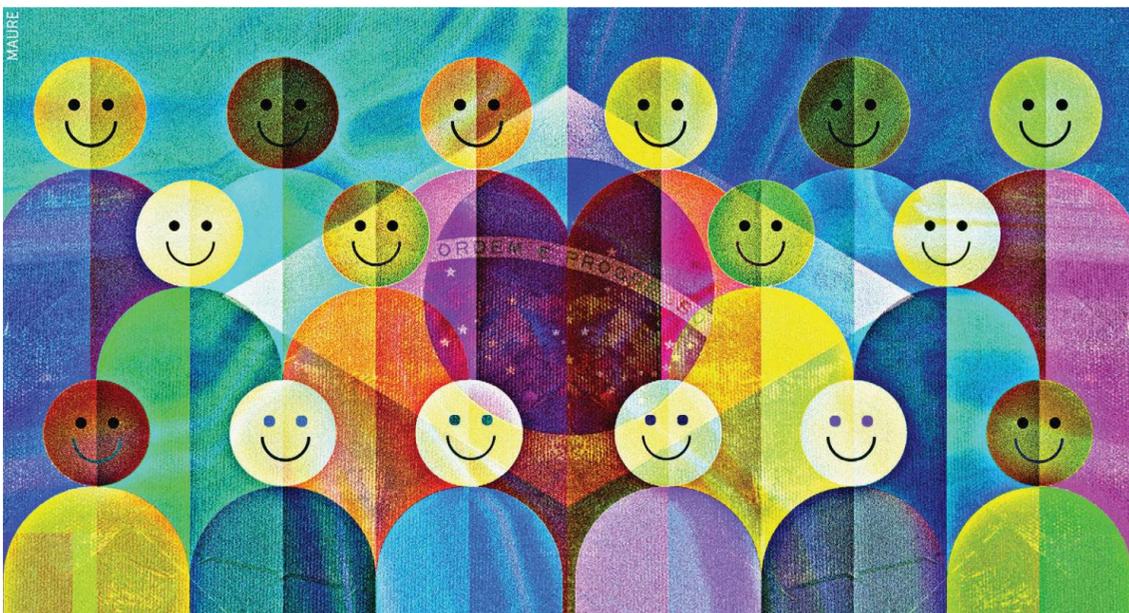
Lançado em 2019, o projeto busca sequenciar o genoma de milhares de brasileiros para entender melhor a diversidade genética da população e como ela impacta a saúde. Até então, os genomas analisados pela ciência tinham ancestralidade predominantemente europeia, com pouca representação de populações latino-americanas e africanas. Ao focar nas particularidades genéticas locais, o DNA do Brasil contribui para as pesquisas de tratamentos mais eficazes e personalizados.

Outra contribuição importante são pesquisas realizadas pela iniciativa privada. Como a que foi conduzida por Genera em 2023, com mais de 200 mil genomas sequenciados de seu banco de dados. Entre as principais descobertas, está o fato de que 98% dos brasileiros têm 2,5% de DNA neandertal. Esse achado pode influenciar em algumas características genéticas, como tom da pele, cor dos cabelos, altura, padrões de sono, humor e funcionamento do sistema imune.

Além da identificação de variantes genéticas ligadas a doenças, a pesquisa genômica ajuda a entender melhor como o nosso corpo reage a diferentes medicamentos. A farmacogenômica, que investiga como as variáveis genéticas afetam a resposta aos medicamentos, pode permitir uma personalização ainda maior dos tratamentos. Isso é especialmente importante em países como o Brasil, onde a diversidade genética é ampla e as respostas terapêuticas podem variar significativamente entre diferentes grupos étnicos.

A descoberta de novos marcadores genéticos, como os encontrados nas pesquisas sobre os grupos LRJ, nos ajuda a entender nossa biologia e revolucionar a medicina. Esses achados também fazem refletir: ao longo da história, vários grupos humanos migraram para além da África, mas nem todos deram origem à população atual. Fatores climáticos, adaptativos ou eventos de estigam podem ter levado ao desaparecimento desses grupos, deixando apenas fragmentos de seu DNA.

É sabido que nossos ancestrais partiram da África e percorreram rotas que se entrelaçaram com outras populações humanas e homínidos, deixando vestígios em nossos genomas. E o entendimento sobre as origens humanas se amplia a cada descoberta. O passado continua sendo, em muitas nuances, um enigma. Mas, à medida que avançamos nas pesquisas genômicas e arqueológicas, damos passos importantes para entender como nossos ancestrais nos formaram como indivíduos e como foi formada essa rica diversidade genética nas diferentes populações do mundo.



O que sobra desta vida



» JOSÉ HORTA MANZANO
Empresário

O homem das cavernas caprichou na surpreendente arte pictórica, que acabou deixando para a posteridade de rastros de sua existência. De fato, numa esplêndida prova de que os humanos de tantos milênios atrás já eram capazes de elaborar pensamento abstrato, pinturas rupestres feitas por artistas daquelas eras chegaram até o presente. Algumas delas são de beleza artística tão notável que poderiam rivalizar com a arte de nossos tempos.

Pinturas rupestres têm sido descobertas em cavernas do mundo todo: Américas, Europa, Sibéria, Extremo Oriente, Austrália. Embora alguns espécimes possam ser considerados obras de arte, sua importância transcende considerações meramente artísticas. Bem mais que isso, estão entre os parcos testemunhos dos primórdios de nossa espécie.

Num formidável salto no tempo, vamos passar agora da pré-história à história tal como a entendemos. Com a sociedade organizada em vilarejos e burgos, com estados governados pelo mais forte fisicamente, pelo mais inteligente ou pelo herdeiro de linhagem aceita como legítima, não se dissipou a aspiração ancestral do ser humano por deixar algum traço de sua passagem.

As tentativas individuais dos que viveram em tempos antigos e trataram de deixar uma

marca perene nem sempre foram coroadas de sucesso. Guerras, invasões, terremotos, desmoronamentos, incêndios, inundações, erupções vulcânicas, vandalismo e abandono deram conta de esboroar orgulhosas construções, que acabaram virando pó. Palácios, estátuas, faróis, casas e mausoléus perderam-se no tempo.

O que, de verdade, sobra desta vida não são objetos materiais, por mais que sejam significativos. O prolongamento de cada indivíduo se faz por meio do que sua obra tem de imaterial. Temos, na história do Brasil, um caso curioso que vem a propósito. Dom Pedro II, nosso segundo e último imperador, esteve no trono por 58 anos, até que um golpe de Estado o depôs e o despachou para a Europa.

Sua filha, a princesa Isabel, não chegou a ser coroada, logo nunca pôde ostentar o título de imperatriz. No entanto, na ausência do imperador, coube-lhe assinar a Lei Áurea, a que libertou os últimos escravos. Por esse único gesto, é mais festejada que o próprio pai. Dos personagens do império, a princesa é, no imaginário popular, a magnânima, figura simpática apesar de nunca ter tido centro, nem manto, nem coroa.

Mas o mundo é vasto. É raro que personagens fiquem na lembrança por uma simples assinatura, como nossa princesa. É mais frequente que a inscrição na História seja fruto de uma sequência de medidas, fortes e impactantes, impostas com energia, que atinjam as estruturas da sociedade mundial. Os personagens que maior probabilidade têm de inscrever seu nome pelos séculos vindouros são os grandes líderes cujo legado tenha alcançado a façanha de perturbar a marcha da história — para melhor ou para pior.

Dito assim, pode parecer simples. Não é. O século 20 deixou uns poucos exemplos significativos. Adolf Hitler foi, sem dúvida, o personagem que mais fortemente sacudiu as bases da sociedade. Seus atos provocaram a inteira reestruturação política do mundo. Nenhum outro dirigente conseguiu, sozinho, causar tamanha revolução. O próprio Stalin não foi iniciador, mas continuador, da difusão do sistema comunista.

O século atual, a menos que um imprevisto lhe tranque a ascensão, já conhece o personagem que fará tremer as bases da sociedade: Donald Trump. Talvez por dar-se conta de que o tempo lhe é contado, o presidente americano tem utilizado o poder que a força bélica e a capacidade econômica de seu país lhe conferem para atordoar um mundo até então embevecido com um já longevo “statu quo”.

Pela novíssima cartilha — que ainda ninguém decifrou —, inimigos de ontem são prestigiados e saem da berlinda, enquanto os amigos são hostilizados e tratados como inimigos. Os demais permanecem num temporário limbo, à espera de conhecer o destino que lhes será imposto pelo novíssimo “imperador do mundo”.

Neste momento, é impossível saber como estará a sociedade global ao fim do mandato de Mr. Trump. Ainda não se consegue prever para que lado evoluirá o mundo. Conseguiremos retornar ao “statu quo ante bellum” — o estado em que estávamos antes da guerra? Sem medo de errar, podemos profetizar que não, que nada voltará a ser como antes. O mundo estará melhor? Pode ser, mas há controvérsia.